

2021

Relatório de Atividades

1º Trimestre



Presidência

Conselheiro Renato Martins Costa

Vice-Presidência

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Corregedoria

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiros

Robson Marinho

Sidney Estanislau Beraldo

Dimas Ramalho

Marco Aurélio Bertaiolli

Corpo de Auditores

Coordenadores

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Auditores

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Letícia Formoso Delsin Matuck Feres – Procuradora-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP

Denis Dela Vedova Gomes – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

João Carlos Pietropaolo

Patrícia Ulson Pizarro Werner

Débora Sammarco Milena

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Germano Fraga Lima

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	27
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS.....	28
2.1	FÍSICOS.....	28
2.2	ELETRÔNICOS	29
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	30
3.1	PELO TRIBUNAL PLENO.....	30
3.2	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	30
3.3	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	30
3.4	PELO CORPO DE AUDITORES	30
4.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC	31
5.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	31
6.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	32
6.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	32
6.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	32
6.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização - DSFs I e II	32
6.1.2.1.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	35
6.1.3.	Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ.....	36
6.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	36
6.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	36
6.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	36
6.2.1.1.	Planejamento e Orçamento	36
6.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	42
6.4.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	42
6.5.	CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP	44
6.6.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	45
6.7.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP.....	46
6.8.	OUVIDORIA.....	46
6.9.	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS.....	47
6.10.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	49
6.11.	CERIMONIAL	49
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
8.	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	28
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	32
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	33
Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais.....	33
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2024 – Despesas Correntes.....	38
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2024 – Despesas de Capital	39
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2024 - Despesas Correntes	39
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2024 - Despesas de Capital	40
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Empenhado – Despesas Correntes.....	40
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Empenhado – Despesas de Capital	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 1º trimestre	31
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	34
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	35
Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria	46
Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais	47

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO RENATO
MARTINS COSTA
Presidente

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, neste ano histórico, comemora um século de existência. Tendo por objetivo honrar o passado, celebrar o presente e construir o futuro, a Corte vem desenvolvendo uma série de projetos que começaram a ser implementados neste primeiro trimestre de 2024.

*Entre eles, já nos primeiros meses deste exercício, iniciou-se a **elaboração de um livro sobre a sua história**, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, que contará a trajetória do TCESP, desde a sua instituição, em 6 de maio de 1924, até a sua consolidação como órgão de controle externo pela Constituição Federal de 1988.*

*Também em desenvolvimento a obra que abrigará o **Memorial do TCESP**, em fase de construção em área contígua às edificações existentes, espaço que hospedará nas mais avançadas mídias digitais a memória de todo passado, projetando inovações para o presente e para o futuro, além de criar um ambiente de convivência para os servidores e jurisdicionados, dando mais transparência às suas atividades.*

*No trimestre, foi realizado o **28º Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização – CAAPEFIS**, evento que reuniu mais de 800 servidores e que esteve voltado a colher propostas de soluções inovadoras para as rotinas da instituição, algumas delas já em fase de implantação.*

*Outros projetos em desenvolvimento serão objeto de futuro relatório e entre eles destacam-se: **Sessão Solene Comemorativa dos 100 Anos e entrega do Colar do Centenário** às personalidades públicas, a se realizar no Auditório Simón Bolívar, do Memorial da América Latina; e a **Confraternização dos Servidores do TCESP** seguida de Concerto da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo – OSESP, na Sala São Paulo.*

*Além das referidas iniciativas e como é prioritário e obrigatório, constam do presente relatório, elaborado **em cumprimento do previsto no artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista**, as principais atividades desenvolvidas **no decorrer do primeiro trimestre do exercício de 2024**, relacionadas ao exercício do controle externo e à área administrativa.*

Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M

Em 18 de janeiro, ainda na gestão do Presidente Sidney Beraldo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo anunciou os resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). A apresentação aconteceu no Auditório Nobre, na Capital paulista, e foi transmitida ao vivo pela TVTCE.

Durante o encontro, também foi lançado o novo site do IEG-M, de navegação simplificada e mais intuitiva. Na página, estão disponíveis, entre outras informações, os resultados de cada um dos 644 municípios fiscalizados pela Corte, além de séries históricas e comparações de desempenho entre diferentes cidades.

Os dados de 2023, coletados ao longo de 2022, mostram que 369 municípios receberam avaliação geral C; 223, C+; e 52, B. Nenhuma cidade foi classificada como ‘muito efetiva’ ou ‘altamente efetiva’. O indicador prevê cinco faixas de classificação das administrações: ‘altamente efetiva’ (nota A), ‘muito efetiva’ (B+), ‘efetiva’ (B), ‘em fase de adequação’ (C+) e com ‘baixo nível de adequação’ (C). Pelo segundo ano consecutivo, a maioria das cidades paulistas auditadas pelo Tribunal (todas, exceto a Capital) recebeu a pior nota (C). Na classificação por área, as Prefeituras tiveram pior desempenho no planejamento. Já o melhor ocorreu na gestão fiscal. Sete áreas foram analisadas: Saúde, Educação, Planejamento, Gestão Fiscal, Segurança das Cidades (Defesa Civil), Meio Ambiente e Governança em TI.



InovaCast: videocast para debater inovação no setor público



Com o propósito de debater a inovação no setor público, o TCESP lançou o **InovaCast – programa de entrevistas com autoridades, gestores e dirigentes públicos**, no qual convidados compartilham experiências e exemplos de ações desenvolvidas em seus órgãos. A concepção do conteúdo surgiu com a realização do evento Inova São Paulo, promovido na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O programa, com 45 minutos de duração, é produzido pela Diretoria de Comunicação Social do TCE, sob a orientação do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal.

Entidades e órgãos impedidos de receber novos recursos públicos



O Tribunal de Contas divulgou, por meio do Comunicado nº 1/2024 da Secretaria-Diretoria Geral (SDG), a relação de **órgãos ou entidades que, de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709/93, estão proibidos de receber novos auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios**. Veiculada no Diário Oficial Eletrônico do TCESP de 9 de janeiro, a listagem contempla 1.933 casos, apresentando o número do processo, beneficiário, CNPJ, concessor, data da sentença e do trânsito em julgado. A publicação aponta situações a contar de junho de 2005, podendo constar casos anteriores à data mencionada e que serão resolvidos mediante expedição de certidão.

Medalha “Armando de Salles Oliveira” da Universidade de São Paulo



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi homenageado com a **medalha “Armando de Salles Oliveira”**, concedida a entidades que contribuíram de modo **“excepcional e decisivo para a valorização institucional, cultural, social e acadêmica” da Universidade de São Paulo (USP)**. A honraria, que leva o nome do interventor federal que assinou o decreto de criação da USP em 1934, é a mais alta concedida pela instituição. O Conselheiro Renato Martins Costa participou da solenidade, realizada na Sala São Paulo.

Devoluções aos cofres públicos no exercício de 2023



O Tribunal de Contas determinou, ao longo de 2023, a **devolução de R\$ 180 milhões aos cofres municipais e estaduais**. Os ressarcimentos derivam de operações consideradas irregulares pela Corte, em especial, repasses públicos feitos ao

Terceiro Setor. O valor representa um aumento de cerca de 20% em relação a 2022. Também foram aplicadas 199 multas aos responsáveis pelas falhas, totalizando mais de R\$ 2 milhões. Os dados se referem apenas às decisões colegiadas da Corte e, em alguns casos, ainda há possibilidade de recurso.

Posse administrativa da nova Presidência do TCESP



Em 1º de fevereiro, o Conselheiro Renato Martins Costa assumiu o cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sucessão ao Conselheiro Sidney Beraldo, que esteve no comando da Mesa Diretora do órgão no exercício de 2023. Também tomaram posse o Vice-Presidente Antonio Roque Citadini e a Corregedora Cristiana de Castro Moraes, que terão o mandato de um ano na direção da Corte de Contas paulista.

Eleito por unanimidade pelo Colegiado durante sessão especial no Auditório Nobre ocorrida em 6 de dezembro, Renato Martins Costa assume pela quinta vez o comando do TCE paulista. O Conselheiro ingressou na Corte em abril de 1994, como representante do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

O termo de posse, lido pelo então Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi, e assinado em ato na sala de reuniões da Presidência, contou com a presença de Conselheiros, Auditores, Membros do Ministério Público de Contas junto ao TCESP, Chefes de Gabinetes e representantes de Diretorias e setores do órgão.

Grande Colar do Mérito da Justiça de Contas



O Tribunal de Contas realizou, no dia 7 de fevereiro, solenidade que marcou a transferência de comando na Presidência e deu início aos trabalhos das sessões de julgamento. Realizada no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, a **cerimônia foi marcada pela transmissão do “Grande Colar do Mérito da Justiça de Contas”, e simbolizou a transferência do comando da Presidência ao Conselheiro Renato Martins Costa**, em substituição ao Conselheiro Sidney Beraldo, que esteve à frente da Mesa Diretora no exercício de 2023.

No exercício de 2024, a Mesa Diretora do TCE terá como Vice-Presidente o Conselheiro Antonio Roque Citadini e, como Corregedora, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes. Os membros da Mesa Diretiva terão o mandato de um ano na direção da Corte de Contas paulista.

Por parte do Colegiado, estiveram presentes os Conselheiros Robson Marinho, Dimas Ramalho, Sidney Beraldo e Marco Bertaiolli. A cerimônia contou com a presença de Auditores, Membros do Ministério Público de Contas (MPC), Chefes de Gabinete e representantes de Diretorias e setores do órgão.

Na oportunidade, o Conselheiro Sidney Beraldo apresentou um balanço de atividades da Corte no ano de 2023. O Conselheiro Renato Martins Costa, por sua vez, falou sobre os desafios de sua gestão no ano que marca o centenário da Corte de Contas paulista.

Contas do Governador, Atricon e Medalha da Ordem do Mérito da AFPESP



O **Conselheiro Dimas Ramalho** será **Relator** do processo que analisará a **prestação de contas do segundo ano de mandato do Governador Tarcísio de Freitas**. A escolha foi feita com base na **Lei Orgânica e no Regimento Interno da Corte de Contas paulista**. A emissão de parecer sobre os demonstrativos do Chefe do Executivo é de competência do TCESP, que, como órgão de controle externo, realiza, sempre no ano seguinte ao encerramento do exercício, uma análise geral e técnica sobre a gestão financeira e a execução do orçamento. **O Conselheiro-Relator pode solicitar o que convier, dentro ou fora do Tribunal, para subsidiar a respectiva instrução**. O processo inclui também resultados de auditorias operacionais em programas específicos do Governo.

Em 20 de fevereiro, **Dimas Ramalho assumiu o cargo de Diretor de Relações Internacionais na nova composição da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)**. A posse da nova diretoria ocorreu no auditório Ministro Pereira Lira, no Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, e foi prestigiada pelo Presidente do TCE, Conselheiro Renato Martins Costa. No biênio 2024-2025, a Atricon será presidida pelo Conselheiro Edilson de Sousa Silva, do TCE-RO.

Ainda no primeiro trimestre, **o Conselheiro foi condecorado com a outorga de Grande Oficial da Medalha da Ordem do Mérito do Servidor Público do Estado de São Paulo**, a maior honraria cedida pela Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. Dimas Ramalho recebeu a comenda do Presidente da AFPESP, Desembargador Arthur Marques da Silva Filho. A honraria foi instituída pela AFPESP em 1992 e visa distinguir personalidades que se destacaram em suas atuações em prol do serviço público.

MBA em Gestão Pública da Universidade Municipal de São Caetano do Sul



Decano e Vice-Presidente do TCESP, o Conselheiro Antonio Roque Citadini, proferiu palestra inaugural do Curso de MBA em Gestão Pública, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

A palestra, ocorrida no Auditório ‘Campus Barcelona’ da Universidade, tratou sobre a atuação do Tribunal de Contas frente ao disposto na Constituição Federal de 1988. Na oportunidade, o Conselheiro, que ingressou na Corte em 1988, discorreu sobre as prerrogativas e atribuições do TCE e sua evolução após a edição da Carta Federal.

O evento contou com as presenças do Reitor da USCS, Leandro Prearo; do Prefeito de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior; do Procurador do Ministério de Contas Thiago Pinheiro Lima e convidados.

Livro histórico dos 100 anos do Tribunal de Contas do Estado



O Conselheiro-Presidente Renato Martins Costa recebeu, em 8 de fevereiro, em audiência, **os professores da USP José Reinaldo de Lima Lopes e Íris Kantor e o historiador de Direito Ariel Engel Pessa. Responsáveis pela edição do livro em homenagem aos 100 anos da Corte**, previsto para setembro deste ano pela editora Edusp, **a publicação vai narrar a evolução do TCE ao longo de 100 anos**, destacando seu papel no controle externo da Administração Pública. A edição vai traçar uma linha do tempo, desde a fundação da Corte em 1924, passando pelos desafios políticos e administrativos enfrentados, incluindo seu fechamento em 1930 e reabertura em 1947, até sua consolidação como órgão de controle externo referendado pela Constituição de 1988. Também participou da reunião a Diretora da Escola Paulista de Contas Públicas, Bibiana Camargo.

Campanha conjunta de doação de sangue



O Tribunal promoveu, em 21 de fevereiro, em conjunto com o TJSP, e as Secretarias da Fazenda e Planejamento, da Agricultura e Abastecimento, e do Turismo e Viagens campanha conjunta para doação de sangue em 2024. **A ação foi direcionada aos servidores das instituições e ocorreu no Palácio da Justiça, totalizando 71 bolsas de sangue coletadas pela Fundação Pró-Sangue.**

Vice-Presidência de Desenvolvimento e Políticas Públicas do IRB



Durante cerimônia realizada no dia 20 de fevereiro, na sede do Instituto Rui Barbosa (IRB), em Brasília, a **Conselheira Cristiana de Castro Moraes** foi **reconduzida ao cargo de Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas** da entidade. Para o biênio 2024-2025, o IRB terá como Presidente o Conselheiro Edilberto Pontes, do TCE-CE, também reconduzido ao cargo. A entidade é responsável pela **promoção de estudos e de pesquisas para o aperfeiçoamento do controle externo**. Na oportunidade, além da nova diretoria, foram empossados os membros do Conselho Fiscal.

Ajustes e prestações de contas de repasses públicos ao Terceiro Setor



O TCE promoveu, em 1º de março, capacitação para **esclarecer os ajustes e as prestação de contas dos recursos públicos utilizados pelo Terceiro Setor, previstos na Fase V do Sistema Audeesp**. As atividades tiveram como orientadores o

Chefe-Técnico da Fiscalização, Claudio Balmant; os Diretores de Fiscalização, Gabriel Marchi da Silva (DF-1) e Roberta Azola Gardelli (DF-10); a Agente da Fiscalização da Audeps, Ana Hiromi Iwa; os Agentes da Fiscalização, Osame Morinishi Neto e Rafael Lima de Moura; e o Auxiliar da Fiscalização, Eduardo Hideaki Suzuki.

“As 100+ Inovadoras no Uso de TI”



A Corte de Contas paulista ocupa a 13ª posição no *ranking* geral das 100 empresas brasileiras mais inovadoras no uso de Tecnologia da Informação. Como órgão de setor público, o TCESP figura no 1º lugar. A honraria se deu por meio da premiação “As 100+ Inovadoras no Uso de TI”, que é realizada anualmente pelo IT Forum, a principal plataforma de conteúdo, relacionamento e negócios para a comunidade de TI. Ao todo, 360 cases foram inscritos para a disputa. Na 23ª edição do Prêmio, o TCESP concorreu com o projeto ANIA (Assistente Natural com Inteligência Artificial). A ferramenta é baseada na mesma tecnologia do ChatGPT e agiliza a análise de documentos, aprimorando a atividade do controle externo.

Semana da Mulher no TCE-BA



O TCE, representado por Mariana Freitas de Carvalho Flório Rosa, responsável pela Ouvidoria das Mulheres, participou, no dia 7 de março, no **plenário do TCE-BA, de debates sobre o combate à violência de gênero no ambiente de trabalho**. Durante o evento, promovido em conjunto com o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA), Mariana Freitas explicou o funcionamento da Ouvidoria das Mulheres do TCESP e as diretrizes que guiaram a criação da área, como a necessidade de informações claras e objetivas sobre as denúncias e de apresentar o espaço de acolhimento presencial.

Palestras para agentes públicos e políticos e aula inaugural



O **Conselheiro Dimas Ramalho** participou, na Unidade Regional de Araraquara, de reunião promovida pelo **Consórcio de Municípios da Região Central**. Na oportunidade, a convite do Diretor Executivo do consórcio, José Antonio da Silva Júnior, o Conselheiro proferiu palestra a 16 Prefeitos presentes, e abordou as ações de fiscalização do órgão e os **cuidados dos Chefes de Executivo no último ano de mandato**. Ainda no fortalecimento do papel pedagógico do TCE, **Dimas Ramalho proferiu aula inaugural da primeira turma do Curso de Graduação em Direito do Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior (ITES) “Dr. Aristides de Carvalho Schlobach”**. Dimas Ramalho também ministrou **palestra durante capacitação** promovida pela Subsecretaria de Convênios com Municípios (SCM) que debateu os principais aspectos e dimensões da Lei n.º 14.133, a **Nova Lei de Licitações, no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento**, na Capital.

Dia Internacional das Mulheres no TCESP



O TCE realizou, no dia 8 de março, evento com o tema **“Saúde Mental da Mulher” em alusão ao Dia Internacional das Mulheres**. As palestras foram ministradas pelo Professor do Departamento de Psiquiatria da FMUSP e Diretor do Programa Saúde Mental da Mulher do Instituto de Psiquiatria da USP, Joel Rennó Junior, e pela Psicóloga e Agente da Fiscalização do TCESP, Anahy D’Amico.

66º Congresso Estadual de Municípios – CEM



O Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli representou o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em 11 de março, em Campos do Jordão, na **abertura da 66ª edição do Congresso Estadual de Municípios (CEM)**. A solenidade reuniu Prefeitos e gestores paulistas e contou com a presença de autoridades estaduais e nacionais.

Com o tema “Municípios, a Força da Democracia”, o Congresso, voltado a debater temas e necessidades de interesse dos gestores públicos municipais é promovido anualmente pela Associação Paulista de Municípios (APM).

Ao lado do Conselheiro, participaram da mesa solene de abertura, a convite do Presidente da APM, Fred Guidoni, o Vice-Governador, Felício Ramuth; o Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Fábio Prieto; o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Cassiano Ricardo Zorzi; além de outras autoridades.

O evento reuniu palestrantes e painéis que abordaram temas como o impacto da mudança nos pisos salariais e nos municípios, a Nova Lei de Licitações e Contratos, Parcerias Público-Privadas, consórcios municipais, legislações, mudanças climáticas e outros.

28º Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização – CAAPEFIS



Mais de 800 servidores das áreas da Fiscalização, Administração e Tecnologia, do Tribunal de Contas, participaram, entre os dias 12 e 14 de março, das atividades da 28ª edição do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização (CAAPEFIS).

O evento, realizado há 28 anos ininterruptos, aconteceu em Atibaia. **A edição, alusiva ao centenário do TCE, reuniu membros do Colegiado, Auditores e Procuradores de Contas, Diretores e representantes de Gabinetes e servidores da Capital e das Unidades Regionais (URs) para debaterem soluções inovadoras para aperfeiçoar as rotinas da instituição.**

Durante a edição, a Corte promoveu o “Prêmio Projetos Inovadores”, iniciativa que permitiu a apresentação, e posterior premiação, de projetos tendo como premissas fundamentais a inovação, o dinamismo, a interação e o bem-estar das pessoas.

O projeto finalista vencedor, desenvolvido na categoria “Vivências e Rotinas de Fiscalização”, denominado de “Pré-Auditoria de contratos IA (Integrado e Automatizado)”, prevê a utilização da ferramenta de Inteligência Artificial ANIA (Assistente Natural com Inteligência Artificial), desenvolvida pelo TCESP, para utilização em análise de contratos, variando conforme o objeto ou tipo de contratação.

Os demais projetos apresentados, por sua qualidade e relevância, passarão a integrar o portfólio de projetos prioritários durante o ano do centenário, sob a supervisão e acompanhamento do Conselheiro-Presidente, Renato Martins Costa, e da Coordenadora do Comitê Estratégico Institucional, Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

28º Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização – CAAPEFIS



Jornalista, Escritor e Comentarista político e esportivo, **Claudio Zaidan proferiu palestra magna durante o encerramento da 28ª edição do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização (CAAPEFIS), em Atibaia.**

O palestrante falou sobre o processo democrático no país, lembrou fatos e momentos históricos da época da Ditadura e redemocratização com a edição da Constituição de 1988 e reforçou a importância dos Tribunais de Contas para a democracia no Brasil.

Claudio Zaidan é jornalista e atua como comentarista político e esportivo. Ele começou sua carreira no rádio na década de 1970, em Uberaba, e posteriormente atuou nos rádios Jovem Pan, Trianon e Bandeirantes, em Santos e em São Paulo.

Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa



Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa (IRB) e Corregedora do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes, ao participar da **1ª reunião do Comitê Técnico de Educação (CTE) do órgão, proferiu palestra na qual discorreu sobre o tema central frente aos resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M Brasil).**

O encontro, com foco em melhorar a oferta e a qualidade dos serviços de Educação à população, foi realizado no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em Recife, entre os dias 19 e 20 de março, e reuniu representantes dos órgãos de controle, Conselheiros e servidores de Tribunais de Contas de todo o país.

Presidido pelo Conselheiro Rodrigo Coelho (TCE-ES), o Comitê Técnico visa desenvolver estudos e propor medidas capazes de induzir o atendimento das metas e estratégias dos planos de educação nacional, estaduais e municipais.

Durante a programação, foi apresentada aos participantes a Matriz de Fiscalização do Eixo 4, que avalia políticas, programas e ações incluídos no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

A programação teve ainda discussões e definições sobre as pautas e ações do comitê, que serão desenvolvidas ao longo do exercício de 2024.

28º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Públicos



Com o objetivo de **orientar os gestores públicos sobre boas práticas administrativas que aprimoram as gestões municipais**, o Tribunal de Contas promoveu, em 21 de março, o primeiro de uma série de 10 encontros da 28ª edição do **Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Públicos**.

O evento, realizado no Teatro “Paulo Roberto Lisboa” do Centro Cultural Matarazzo, em Presidente Prudente, reuniu mais de 600 participantes – dentre eles, gestores públicos e lideranças políticas de 59 municípios jurisdicionados do TCE nas regiões de Presidente Prudente e Adamantina. Compareceram ao encontro 30 Prefeitos e 23 Presidentes de Câmaras.

Os encontros, este ano, têm como propósito orientar os gestores públicos sobre temas como Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), Terceiro Setor, Resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), e as vedações impostas pela legislação no último ano de mandato.

Mapa das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Com 6.908 vereadores distribuídos no interior, no litoral e nas cidades da Grande São Paulo, **as 644 Câmaras Municipais do Estado de São Paulo (exceto a da Capital) consumiram um montante de R\$ 3.702.589.231,51 ao longo de 2023**. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 12,66% nas despesas para manutenção dos plenários que abrigam entre 9 e 34 cadeiras de Vereador.

Os recursos empregados no custeio e no pagamento de pessoal, frente a uma população estimada em 32.959.239 habitantes, segundo dados do IBGE, representam uma média *per capita* de R\$ 112,34 por habitante. No ano anterior, a despesa *per capita* era de R\$ 99,69 por habitante.

Em comparação ao exercício de 2022, que consumiu R\$ 3.286.537.219,32 em 2022, houve um aumento de 12,66% nas despesas nas Câmaras Municipais – valor acima da inflação de 4,62% (IPCA) do período. Os gastos em 2023 trouxeram um aumento de R\$ 416.052.012,19 nos custos da manutenção das Casas Legislativas.

Essas e outras informações estão disponíveis no painel “Mapa das Câmaras”, atualizado pelo Tribunal de Contas no dia 27 de março. A ferramenta disponibiliza os custos do Poder Legislativo nos 644 municípios paulistas (exceto a Capital, fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Município).



Veja os dados e faça o download das informações em forma de planilhas no Mapa das Câmaras do TCESP.



Relações institucionais

Visita do Presidente do TCE do Acre



Em 11 de janeiro, o Conselheiro Sidney Beraldo, acompanhado do Diretor de Tecnologia da Informação (DTI), Fábio Xavier, recebeu **visita do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, Conselheiro José Ribamar**

Trindade de Oliveira, responsável pela condução dos trabalhos da Corte de Contas acreana no biênio 2023/2024.

Posse do Conselho Superior da Magistratura



Em 2 de fevereiro, o Presidente Renato Martins Costa participou da **posse solene do Conselho Superior da Magistratura (CSM) e da diretoria da Escola Paulista da Magistratura (EPM) do TJSP**. A solenidade foi realizada no Salão dos Passos

Perdidos do Palácio da Justiça, sede do Judiciário paulista.

Homenagem ao Ministro Alexandre de Moraes na FMUSP



O Conselheiro-Presidente Renato Martins Costa participou, no dia 5 de fevereiro, de **homenagem prestada ao Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes**. A

solenidade aconteceu na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Agenda com Ministros em Brasília



O Presidente do TCE, Renato Martins Costa, esteve, em Brasília, onde participou de audiências com Ministros para convidar, formalmente, as autoridades para a solenidade que celebrará os 100 anos do Tribunal de Contas, no dia 6 de

maio, no Memorial da América Latina, data alusiva ao início das atividades da instituição, fundada em 1924, pelo Decreto Estadual n.º 3708-A.

Audiência com bancada paulista na Câmara Federal



A bancada federal de parlamentares paulistas foi convidada a participar da cerimônia que celebrará o centenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O convite foi feito, em 21 de fevereiro, pelo Conselheiro Dimas Ramalho e pelo

Procurador do MPC junto ao TCESP Thiago Pinheiro Lima.

Reunião com Presidente da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil



Eleito para presidir a Atricon no biênio 2024-2025, o Conselheiro Edilson de Sousa Silva, do TCE-RO, participou, em 22 de fevereiro, de audiência no TCESP. Na ocasião, foi recepcionado pelo Presidente do TCE e pelo

Conselheiro Dimas Ramalho, que assumiu o cargo de Diretor de Relações Internacionais na nova composição da Atricon, e pelo Procurador do MPC Thiago Pinheiro Lima.

Solenidade de posse do TRE-SP



Representando o Colegiado do TCESP, o Presidente Renato Martins Costa participou, no dia 23 de fevereiro, da **solenidade de posse do novo Presidente da Corte de Justiça Eleitoral paulista, Desembargador Silmar**

Fernandes. Realizada no Salão dos Passos Perdidos, na sede do TJSP, o evento marcou a posse dos magistrados que foram eleitos por aclamação, pelo critério de antiguidade, e tomaram posse formal durante sessão do TRE-SP, em 18 de dezembro de 2023.

Posse do Corpo Diretivo da Justiça Militar paulista



O Tribunal de Contas do Estado, representado pelo Presidente Renato Martins Costa e pela Procuradora-Geral do MPC, Letícia Formoso Delsin Matuck Feres, prestigiou, em 23 de fevereiro, a **posse dos magistrados eleitos**

para os cargos diretivos no TJMSP. Empossados para o biênio 2024-2025, o Colegiado do órgão, com sete integrantes, será presidido pelo Desembargador Militar Enio Luiz Rossetto, tendo como Vice-Presidente Fernando Pereira e como Corregedor-Geral Silvio Hiroshi Oyama. Realizada no Auditório do TJMSP, na Capital, a solenidade contou com a presença de representantes dos três poderes, autoridades civis e militares e convidados.

Audiência com Procurador-Geral de Justiça



O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Mário Luiz Sarrubbo, participou, no dia 26 de fevereiro, de audiência no TCESP, onde se reuniu com **Conselheiros do órgão**. Na oportunidade, Mário

Luiz Sarrubbo, convidado pelo Ministro Ricardo Lewandowski para comandar a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), falou sobre os desafios de sua nova atribuição junto ao Governo Federal, na definição e no acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública, e na coordenação das atividades da Força Nacional de Segurança Pública.

Audiência com Diretora Presidente da Rede Santa Marcelina



O Presidente Renato Martins Costa recebeu em audiência, no dia 18 de março, a Diretora Presidente da Rede de Saúde Santa Marcelina, Irmã Rosane Ghedin. O trabalho filantrópico das Irmãs Marcelinas começou em

1961, com a atuação nas áreas de assistência, ensino e pesquisa em saúde. Em 1995, a entidade e a Secretaria Estadual de Saúde assinaram parceria de convênio, garantindo a prestação de serviços de saúde para o suprimento das necessidades básicas da população atendida.

1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2024, tomaram posse para o mandato de um ano o Conselheiro Renato Martins, Presidente, o Conselheiro Antonio Roque Citadini, Vice-Presidente, e a Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Corregedora.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – CORREGEDOR**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO**
Conselheira **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO**
Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro **ROBSON MARINHO – PRESIDENTE**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

2.1 FÍSICOS

No primeiro trimestre de 2024, foram distribuídos aos julgadores **63** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
Acompanhamento da Gestão Fiscal	1	-	1
Admissão de Pessoal - Concurso Processo Seletivo	-	2	2
Aposentadoria	-	1	1
Contrato	2	-	2
Contas de Câmara Municipal	1	-	1
Encaminha Documento	-	2	2
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos – Convênio – Valor Superior	17	-	17
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – CG/TP/CV/TC/TF – Valor Inferior	-	3	3
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – Entidade Privada - Convênio	2	-	2
Recurso Ordinário	26	2	28
Representação	1	-	1
Revisão de Julgado	3	-	3
TOTAL	53	10	63

2.2 ELETRÔNICOS

No período, foram distribuídos **9.109 processos eletrônicos**, conforme classificação apresentada abaixo:

**Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos
(Conselheiros, Corpo de Auditores e Gabinete da Presidência)**

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCRRM	GCCCM	GCDER	GCSEB	GCMAB	CA	GP	
Ações	1	1	1	-	-	4	-	7	14
Adiantamentos	7	7	7	7	7	8	-	1	44
Atos de Pessoal	2	2	2	1	1	2	610	6	626
Balanço Geral do Exercício	30	134	32	21	35	21	643	-	916
Concurso Público	2	134	7	21	35	21	-	-	12
Contas de Câmara	214	214	216	215	215	214	-	-	1.288
Contas de Prefeitura	214	214	216	215	215	214	-	-	1.288
Contas do Governador	-	-	-	5	-	-	-	-	5
Contratos	258	157	237	204	192	170	201	12	1.431
Controle de Prazos	2	1	1	1	1	2	1	-	9
Denúncias	-	1	-	-	-	1	-	-	2
Exame Prévio de Edital	63	64	64	61	65	65	-	-	382
Expedientes	48	56	58	57	50	41	23	114	447
Expedientes do Ministério Público	33	23	21	41	15	27	29	86	275
Expedientes do Poder Judiciário	2	5	2	1	7	5	5	19	46
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	128	128
Multas e sanções	-	3	2	1	-	-	-	-	6
Recursos	46	52	63	71	35	50	12	131	460
Relatório de Fiscalização	164	178	124	187	144	142	-	-	939
Repasses Públicos	117	110	77	104	86	107	117	6	724
Representação	1	6	3	6	1	3	2	1	23
Tomada de Contas - Previdência	-	-	-	-	-	-	44	-	44
Total Geral	1.204	1.228	1.133	1.199	1.069	1.078	1.687	511	9.109

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: FÍSICOS + ELETRÔNICOS

9.172

3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No primeiro trimestre do presente exercício, foram realizadas **6 sessões ordinárias**, nas quais o Tribunal Pleno:

- Apreciou **327 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **355 representações em sede de Exame Prévio de Edital**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes do recebimento das propostas) de editais de licitação lançados por órgãos jurisdicionados, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu, no período, em **4 sessões para tratar de assuntos internos de natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmaras reuniram-se em **6 sessões ordinárias**, nas quais apreciaram **776 e 634 processos**, respectivamente.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

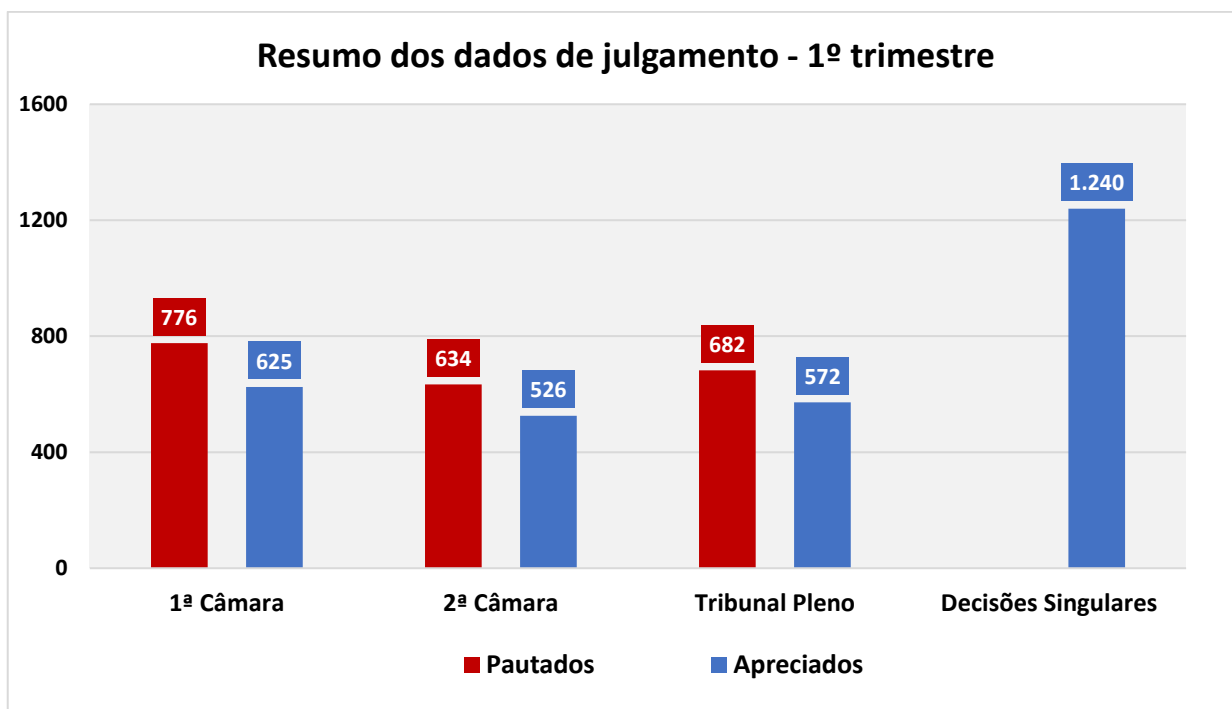
No período, foram **proferidas 267 sentenças**, devidamente publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado (DOE-TCESP), em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalte-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos. No primeiro trimestre de 2024, as matérias tratadas em **973 autos foram julgadas pelos Senhores Auditores**.

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 1º trimestre



4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010 junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo órgão **6.498 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é compulsório o trânsito de todos os processos, que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual, pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o primeiro trimestre de 2024, o órgão se manifestou em **1.023 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações de fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, **manifestou-se em 1.748 processos**.

6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia e pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, no período, foram pautados (SDG-3) **2.093 processos**, dos quais **223 resultaram em notas taquigráficas** (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **4.487 certidões**.

6.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização - DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, a **Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, **4.851 processos** pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	254
Processos Eletrônicos	4.597

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou as entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	JAN	FEV	MAR	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	26	60	39	125
AUTARQUIA ESTADUAL	1	-	2	3
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	1	-	-	1
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	14	6	8	28
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	1	-	1	2
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	2	2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	2	4	3	9
SECRETARIA	-	2	-	2
TRIBUNAL	-	1	-	1
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	-	21	17	38
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	3	7	10
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	15	623	248	886
TOTAIS	60	720	327	1.107

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	JAN	FEV	MAR	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	131	172	114	417
AUTARQUIA MUNICIPAL	-	-	13	13
CÂMARA MUNICIPAL	-	5	115	120
CONSÓRCIO MUNICIPAL	-	1	8	9
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	-	-	1	1
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	-	-	1	1
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	1	7	8
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	10	12	7	29
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	-	-	1	1
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	-	-	5	5
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	-	2	2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	-	5	1	6
PREFEITURA MUNICIPAL	5	17	42	64
TOTAIS	146	213	317	676

Os processos eletrônicos, que correspondem à expressiva maioria dos instruídos no período, apresentam a seguinte segmentação por matéria, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

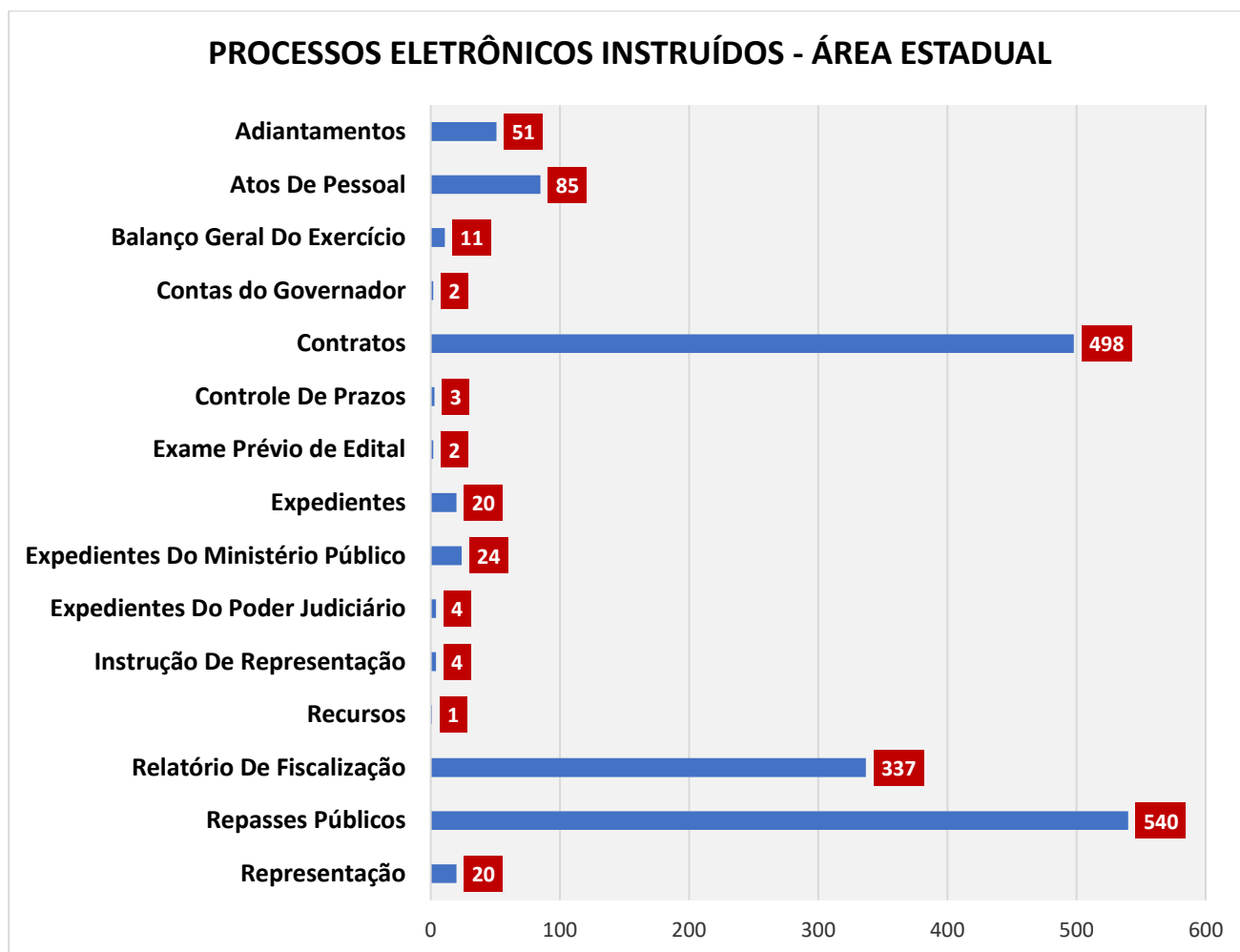
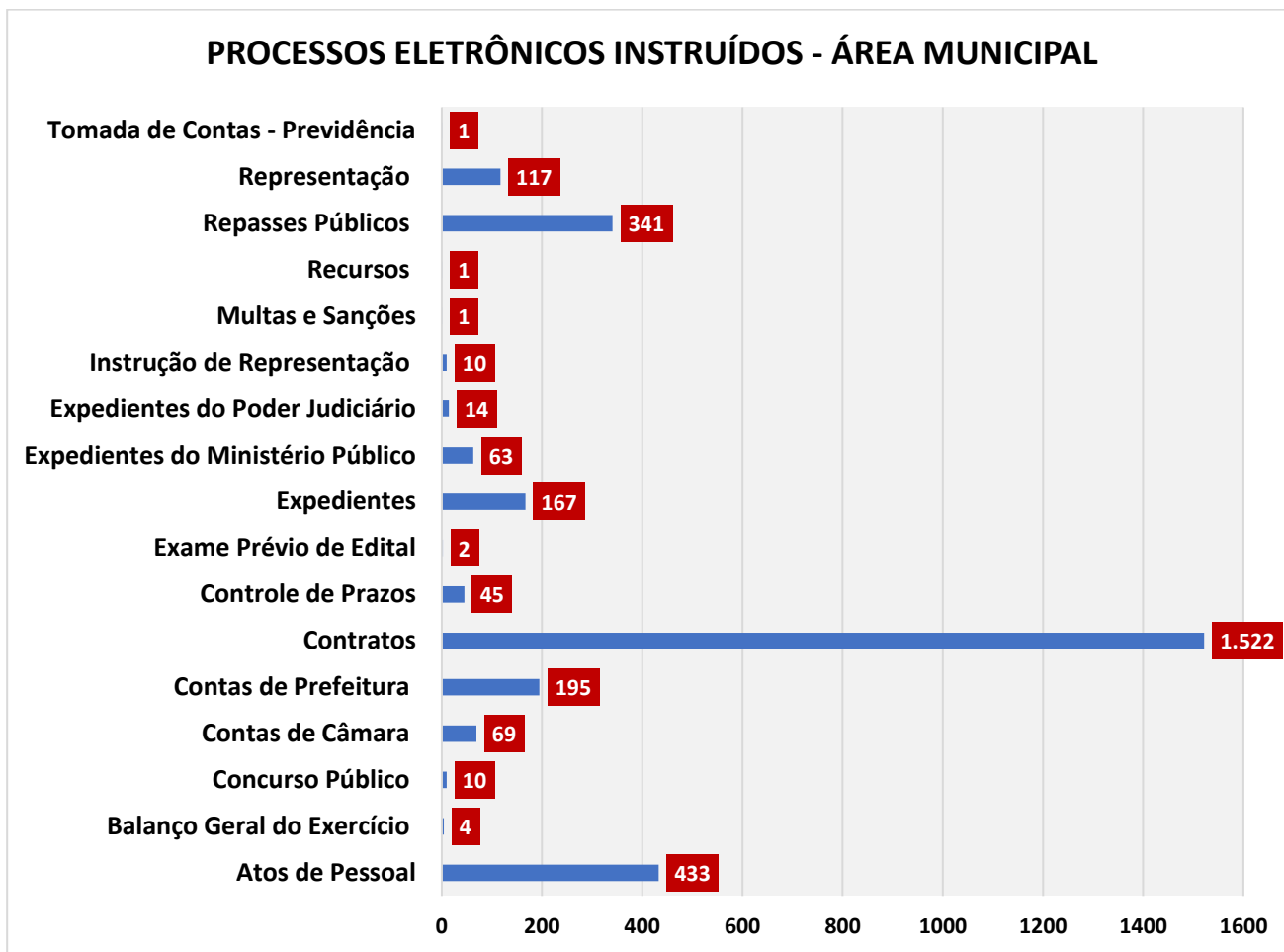


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **56 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **63 processos** com objetos da mesma natureza. No fim de março, o Núcleo registrou um total de **836 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, a ATJ exarou **3.695 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória, por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No primeiro trimestre de 2024, o órgão **conduziu 46 atividades macro analíticas, por meio de suas seções.**

6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência do TCESP e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa), é composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.583 processos.**

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.863, de 22 de dezembro de 2023, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício

de 2024” foi elaborado em observância à Lei nº 17.725, de 19 de julho de 2023 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2024”.

A dotação para **as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.047.385.902,00**, sendo R\$ 1.037.220.052,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 10.165.850,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.725/23), o Decreto n.º 68.309, de 18 de janeiro de 2024, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2024 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 19 de janeiro de 2024.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2024 (Decreto n.º 68.309/2024) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas **suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 175930063 e 275930063 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no **valor total de R\$ 3.200.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 2001/2024-4-0002, concluído em 07/02/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 200.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2024 de 02/02/2024, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para cobrir despesas do Ciclo Anual de aperfeiçoamento do pessoal da Fiscalização 2024 (CAAPEFIS 2024).

2. Expediente SAO n.º 2001/2024-4-0005, concluído em 27/02/2024, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2024 de 02/02/2024, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, visando ao fornecimento de solução para processamento paralelo de alto desempenho para estruturação, integração, centralização e armazenamento de grandes

volumes de informações, incluindo software, assim como serviços de instalação, configuração, operação assistida, mão de obra especializada, transferência de conhecimento e suporte técnico especializado; e ao fornecimento de serviços técnicos especializados de informática para manutenção e expansão do Data Lake/Analytics e Inteligência Artificial, compreendendo carga e tratamento dos dados, criação das camadas curadas e provisionadas, modelagem de Business Intelligence, criação de conjuntos de dados semânticos e modelos de aprendizagem de máquina, e construção de novos Dashboards;

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2024, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de dezembro do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2024 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Fevereiro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Março	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Abril	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Mai	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Junho	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Julho	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Agosto	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Setembro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Outubro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Novembro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Dezembro	73.709.084	12.748.735	357.921	-	13.106.656	86.815.740
TOTAL	880.633.554	152.310.597	4.275.901	-	156.586.498	1.037.220.052

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2024 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FUNTE 150 e 250	FUNTE 175 e 275	FUNTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Fevereiro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Março	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Abril	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Maio	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Junho	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Julho	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Agosto	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Setembro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Outubro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Novembro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Dezembro	584.489	266.451	-	850.940	87.666.680
TOTAL	6.982.925	3.182.925	-	10.165.850	1.047.385.902

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2024 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FUNTE 150 e 250	FUNTE 150 e 250	FUNTE 175 e 275	FUNTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Fevereiro	73.356.770	12.687.442	3.556.180	-	16.243.622	89.600.392
Março	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Abril	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Maio	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Junho	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Julho	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Agosto	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Setembro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Outubro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Novembro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Dezembro	73.709.084	12.748.735	357.921	-	13.106.656	86.815.740
TOTAL	880.633.554	152.310.597	7.475.901	-	159.786.498	1.040.420.052

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2024 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Fevereiro	581.676	265.134	-	846.810	90.447.202
Março	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Abril	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Maio	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Junho	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Julho	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Agosto	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Setembro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Outubro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Novembro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Dezembro	584.489	266.451	-	850.940	87.666.680
TOTAL	6.982.925	3.182.925	-	10.165.850	1.050.585.902

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	72.623.387,77	25.556.081,51	609.412,50	-	26.165.494,01	98.788.881,78
Fevereiro	70.179.424,61	25.162.984,98	595.081,57	-	25.758.066,55	95.937.491,16
Março	70.451.029,96	15.875.222,88	3.049.106,00	-	19.284.328,88	89.735.358,84
TOTAL	213.253.842,34	66.594.289,37	4.613.600,07	-	71.207.889,44	284.461.731,78

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	24.498,81	-	-	24.498,81	98.813.380,59
Fevereiro	-	-	-	-	95.937.491,16
Março	813.691,87	-	-	813.691,87	90.549.050,71
TOTAL	838.190,68	-	-	838.190,68	285.299.922,46

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	76.623.387,77	5.238.310,66	-	-	5.238.310,66	77.861.698,43
Fevereiro	70.053.853,63	6.911.039,19	55.569,71	-	6.966.608,90	77.020.462,53
Março	70.381.299,99	8.362.437,29	59.220,73	-	8.421.658,02	78.802.958,01
TOTAL	213.058.541,39	20.511.787,14	114.790,44	-	20.626.577,58	233.685.118,97

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEEX

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	77.861.698,43
Fevereiro	-	-	-	-	77.020.462,53
Março	-	-	-	-	78.802.958,01
TOTAL	-	-	-	-	233.685.118,97

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEEX

6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Divisões de Sistemas (DSIS) e de Tecnologia (DTEC), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de *softwares*; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, o DTI atualizou as informações dos **Painéis Tietê-Pinheiros, Terceiro Setor, Concessões de Rodovias, IEG-M, IEG-Prev e Mapa das Câmaras**, incluindo novas funcionalidades no último. Também realizou a implementação de melhorias em sistemas como **SisGCA, SisCOE e Audesp**, atualizando dados para consulta e adicionando novas funções e aperfeiçoamentos.

No serviço de suporte ao usuário, o DTI fez **2.652 atendimentos telefônicos**, sendo **1.472 para servidores e 1.117 para usuários externos (63 ligações foram abandonadas)**. Além disso, foram **gerados 5.294 chamados virtuais e finalizados 5.001**.

6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua ainda na área do contencioso, representando o TCESP nos feitos judiciais.

O GTP elaborou **1.038 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **79 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **349 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

Ao GTP também está vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas – EPCP** que, no trimestre, realizou **72 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de *podcasts*, que contaram com **1.866 participantes e 25.850 visualizações**.

Do setor, destacam-se as seguintes atividades:

- a) **Lançamento do IEG-M 2024:** em 18 de janeiro, no Auditório Nobre do TCESP. No evento, foram apresentados os dados referentes ao IEG-M 2023. Mais de 2,7 mil pessoas participaram das modalidades presencial e online.
- b) **Provas anuais:** foram aplicadas, em janeiro, a segunda edição das provas anuais, cuja pontuação compõe o sistema de progressão. Os temas abordaram “O papel do DevOps na Transformação Digital dos Serviços Públicos”, para os servidores de Tecnologia da Informação, “Análise e Melhoria de Processos”, para os que estão lotados em setores de Administração, e “Nova Lei de Licitações e Contratos”, para o pessoal da Fiscalização.
- c) **28º CAAPEFIS:** realizado entre os dias 12 e 14 de março, no hotel Bourbon Atibaia. A edição contou com programação focada na apresentação dos projetos inovadores finalistas a serem implantados no Tribunal, nas categorias: vivência e rotinas da fiscalização; bem-estar dos servidores; planejamento, fluxos e comunicação; impacto social, sustentabilidade e papel pedagógico. Além disso, contou com dinâmicas viabilizadas por meio do software “Kahoot!”. O evento contou com a participação presencial de cerca de 830 servidores.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 1º trimestre

1º trimestre de 2024	Quantidade de eventos	Número de participantes	Visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	39	3.185	10.480
<i>Reuniões</i>	43	417	-
<i>Podcontas</i>	4	-	821
TOTAL	86	3.602	11.301

A **Biblioteca do TCESP** – subordinada à EPCP – realizou **252** atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.

6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte. No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre

	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Atendimentos	Telefone	389	460	459	1.308
	Fale Conosco	560	861	650	2.071
	“Web”	226	219	199	644
	E-mail	2	8	4	14
	Outros (<i>habilitação, perfil de acesso a usuários, substituição de usuários em férias, dentre outras atividades</i>)	327	629	442	1.398
Cópias Digitais (CDs) - íntegras de processos		213	379	437	1.029
Envio de e-mails (Comunicados)		126	183	145	454
Cadastros	Advogados	100	116	115	331
	Partes	359	742	526	1.627
	Órgãos	7	25	8	40
	Participação PILOTO ¹	5	4	1	10
	Processos Cadastrados PILOTO	12	1	5	18
	Liberação do PILOTO para Produção	4	0	1	5

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se a integração com o Juris Catalogação de Decisões, a atualização do sistema de distribuição de Contas Municipais, manutenções programadas no sistema, desenvolvimento, testes, homologação e disponibilização do Radar+ Institucional, entre outros.

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

6.6. DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, entre suas atribuições, o acompanhamento e a coordenação dos processos de planejamento, bem como das informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

Quanto à gestão e ao monitoramento do Plano Estratégico 2022-2026, para além das atividades rotineiras ao longo do primeiro trimestre, a **Seção de Planejamento e Projetos Estratégicos (DCE-1)** atuou prioritariamente no balanço das entregas de 2023, no subsídio à alta gestão para **definição do Portfólio Prioritário de 2024** e no **desenvolvimento dos Projetos Inovadores vencedores do Prêmio CAAPEFIS 2024**. Complementarmente, a DCE-1 contribuiu de forma direta na execução de alguns Projetos Estratégicos. Ao final do primeiro trimestre, **o Portfólio do Plano Estratégico 2022-2026 contava com 177 Projetos, dos quais 67 com status concluído, 54 em andamento e 56 ainda não iniciados.**

A **Seção de Informações Gerenciais (DCE-2)**, por sua vez, elaborou o **Relatório de Informações Gerenciais (RIG) nº 01/2024**. Dentre as atividades de rotina, foram estabelecidos contatos e fluxos de trocas de informações com **Unidades de Inteligência de órgãos públicos das diversas esferas federativas**. Destaque para a incumbência de assumir a coordenação da Ação 1 do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo (FOCCOSP), que trata da “Investigação e Atuação Interinstitucional na Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro”.

Além disso, junto à **Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo – InfoContas da Atricon**, a DCE-2 vem coordenando semanalmente o Grupo de Trabalho 3 (GT-3), que envolve as **Unidades de Inteligência dos Tribunais de Contas e trata da atuação do Terceiro Setor nos serviços de Saúde**.

Por derradeiro, a DCE-2 vem desenvolvendo, em conjunto com a Divisão Audesp e com o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) nova ferramenta de consulta que e permite detectar vínculos diretos e indiretos entre Pessoas Físicas e Jurídicas.

6.7. DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio ao Presidente e ao Chefe de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos.

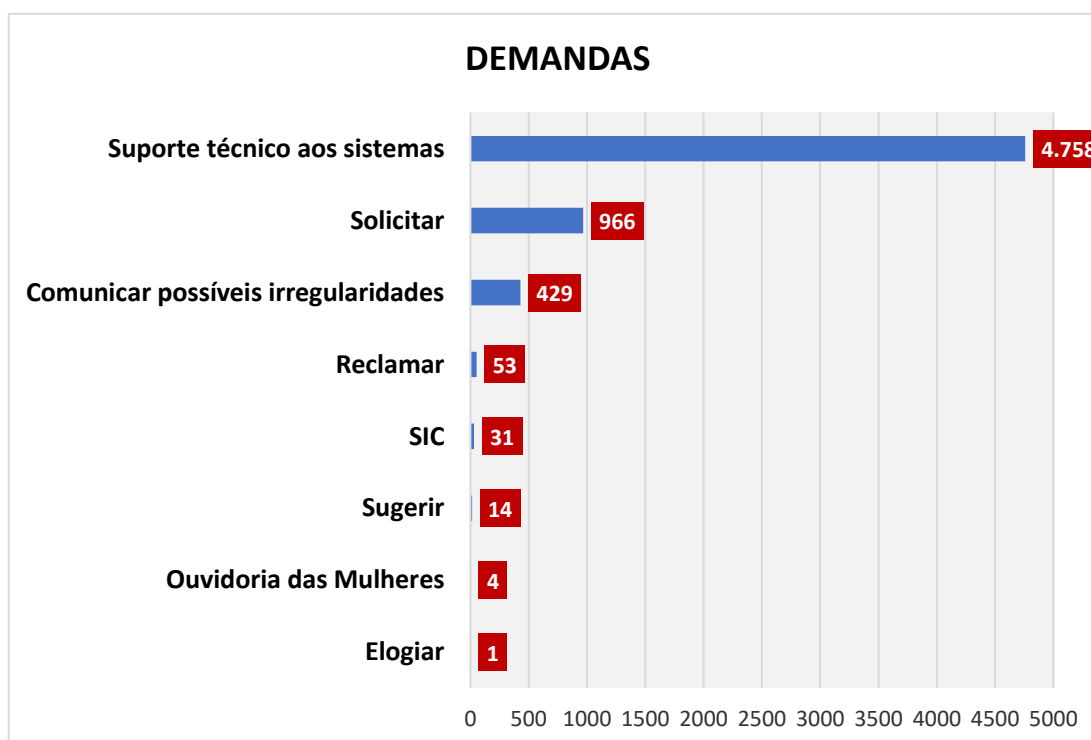
No período, a Diretoria preparou **766 despachos no âmbito do Sistema SEI (administrativo)**, além de **1.444 minutas de despachos no e-TCESP**.

Também conduziu as tarefas necessárias à realização de **4 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno**. Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

6.8. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, realizou **6.256 atendimentos** neste trimestre. A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **31 pedidos** de informações. Abaixo, quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



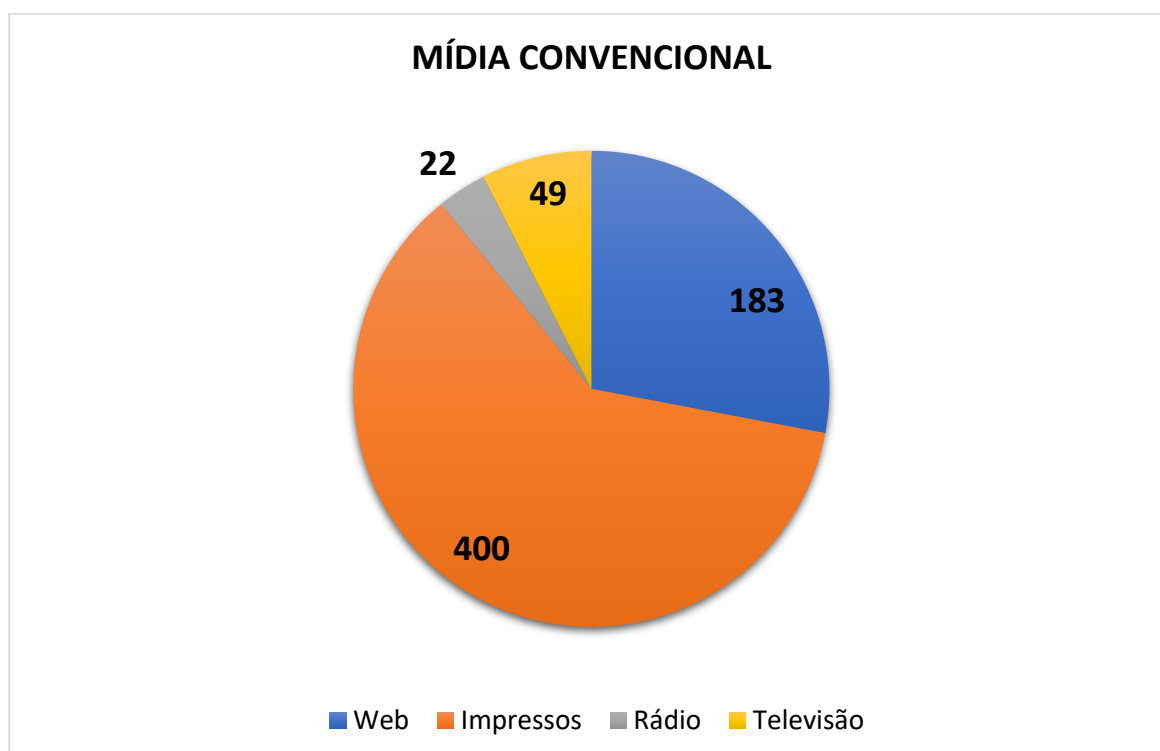
Registre-se ainda o total de **4.758 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados, através do Portal da Ouvidoria, as quais foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas responsáveis pelos respectivos atendimentos.

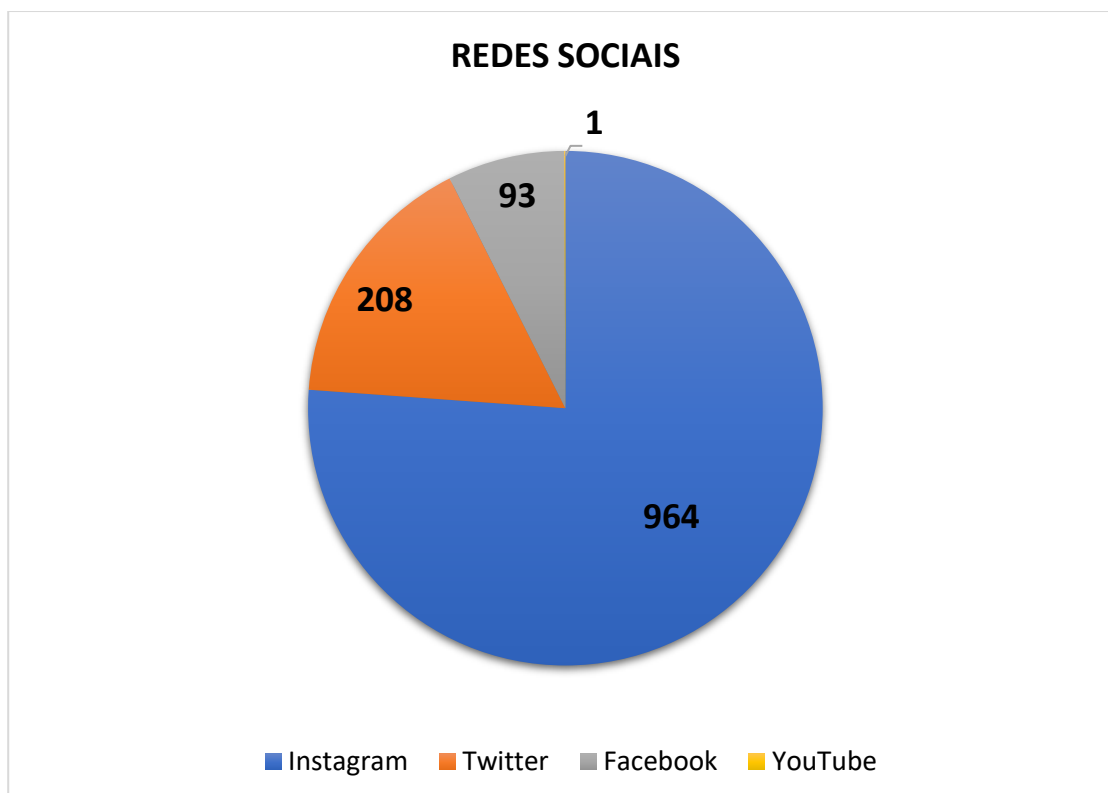
6.9. DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS

Instituída pela Resolução nº 22, de 12 de dezembro de 2023, a Diretoria de Comunicação Social do TCESP é responsável por desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do Tribunal, promovendo o fluxo adequado de informações entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores. Dentre as atividades promovidas no período, destacam-se:

CLIPPING: a DCS utiliza-se de ferramenta de clipagem de conteúdo para monitoramento e análise de menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais, abrangendo televisão, rádio, jornais e revistas (impressos e em meio eletrônico), sites noticiosos, blogues, entre outros. No primeiro trimestre, foram **1.920 registros, sendo 654 em mídia convencional e 1.266 em redes sociais.**

Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais





NEWSLETTER: a Diretoria também é responsável pela produção de *newsletters*, com periodicidade semanal, com as principais notícias, decisões e julgamentos. No período, foram produzidas **12 newsletters**, enviadas a **33.485 contatos**, sendo **31.968 externos e 1.517 internos** (servidores na Capital e nas Unidades Regionais).

PUBLICAÇÕES: produção/veiculação de manuais e materiais de cunho institucional. No período, foram **publicados pela DCS nove artigos, dois boletins e um relatório**.

PORTAL INSTITUCIONAL (INTERNET) e PORTAL DO SERVIDOR (INTRANET): no primeiro trimestre, foram publicadas **119 matérias**, divulgando tanto as decisões das Câmaras e do Tribunal Pleno quanto realizações de natureza institucional, como seminários, cursos, artigos, eventos internos e externos etc. As páginas contaram com **333.028 visitantes e tiveram 2.204.628 visualizações**.

6.10. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.11. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP. No quarto trimestre de 2023, o Cerimonial atuou em **10 eventos internos, 12 audiências internas e uma externa**, elaborando roteiros e prestando suporte técnico protocolar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **primeiro trimestre de 2024**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

RENATO MARTINS COSTA
PRESIDENTE

8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP	07/2024	Listas de Exames Prévios de Editais submetidas ao Tribunal Pleno	22/03/2024
GP	06/2024	Listas de Exames Prévios de Editais submetidas ao Tribunal Pleno	08/03/2024
GP	05/2024	Listas de Exames Prévios de Editais submetidas ao Tribunal Pleno	01/03/2024
GP	04/2024	Vedação da prorrogação da vigência da Lei Federal n.º 8.666/1993	26/02/2024
GP	03/2024	Alerta sobre o atendimento à Lei Federal n.º 14.133/2021	26/02/2024
GP	02/2024	Listas de Exames Prévios de Editais submetidas ao Tribunal Pleno	23/02/2024
GP	01/2024	Listas de Exames Prévios de Editais submetidas ao Tribunal Pleno	15/02/2024

Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	14/2024	Pacto Nacional pela Primeira Infância	18/3/2024
SDG	13/2024	Ciclo de Debates - Presidente Prudente	13/3/2024
SDG	12/2024	Estatísticas - Movimentação de processos em tramitação	11/3/2024
SDG	11/2024	Entidades proibidas de novos repasses	4/3/2024
SDG	10/2024	Estatísticas - Movimentação de processos em tramitação	19/2/2024
SDG	9/2024	28º Ciclo de Debates – Encontros com Agentes Políticos e Públicos	18/3/2024
SDG	8/2024	Entidades proibidas de novos repasses	5/2/2024
SDG	7/2024	Valor atualizado de remessa - Exercício 2024	1/2/2024
SDG	6/2024	Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras - Exercício 2024	31/01/2024
SDG	5/2024	Fiscalização de transferências especiais aos municípios, estados e Distrito Federal, por meio de emendas parlamentares, conforme previsto no inciso I do art. 166-A da Constituição Federal	29/1/2024
SDG	4/2024	Estatísticas - Movimentação de processos em tramitação	22/1/2024
SDG	3/2024	Volume de processos julgados no 4º trimestre do exercício de 2023	19/1/2024
SDG	2/2024	Cadastramento do responsável pelo Controle Interno	18/1/2024
SDG	1/2024	Entidades proibidas de novos repasses	10/1/2024

